



Ana Amélia e Fernando Collor (C), presidente da CRE, acompanham exposição de Carlos Mielitz Neto, que compôs a mesa ao lado de José Maria da Silveira, Alexandre Schwartzman e Eduardo Teixeira

Debatedores veem Brasil robusto para encarar crise 5

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.511 – Brasília, terça-feira, 30 de agosto de 2011



José Cruz/Senado Federal

Senador Paim (C) preside audiência com empresários: para eles, redução da jornada não aumenta oferta de empregos

Empregadores se opõem a reduzir jornada

empresários disseram em audiência no Senado que criar uma lei para reduzir a jornada de trabalho deve aumentar custos e diminuir a competitividade. Eles defendem tratar a questão por meio de acordos coletivos 4

Cid Gomes: pré-sal pode reduzir desigualdade 7

especial Cidadania

Combate ao tráfico de pessoas exige elaboração de novas leis

O tráfico de armas é crime, mas o de pessoas ainda precisa de leis que combatam as 520 rotas identificadas pela Polícia Federal. Denuncie e saiba como evitar ser vítima do tráfico. 8



Alouso Pimentel/Alert

Deputado Jean Wyllys e senadora Marinor Brito, relatora da CPI, em audiência pública de comissão na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro

Vítima sob proteção é ouvida no Rio por CPI do Senado

CPI do Tráfico de Pessoas fez diligências no Rio, ouviu uma vítima que está sob proteção e sugeriu estudo para embasar o diagnóstico do problema naquele estado. 4



Em discussão, a fragilidade do país diante do crack 2

Gerardo Magella/Senado Federal

Senado pode votar MP que reestrutura os Correios

Medida provisória também transfere para a Agência Nacional de Petróleo a fiscalização e a comercialização do etanol

O Senado tem de votar a MP até 8 de setembro, para que ela não perca a validade. Com o objetivo de modernizar a Empresa de Correios e Telégrafos, o governo também liberou a empresa para explorar serviços de logística integrada, financeiros e postais

eletrônicos. Antes dessa medida, está a MP 531/11, com prazo final em 5 de setembro, que liberou R\$ 74 milhões para a execução do plano especial de recuperação da rede física escolar pública, a fim de atender escolas atingidas por desastres naturais. 3

Em sessão especial, O Dia é lembrado pela inovação

A inovação e a constante preocupação em manter-se próximo do leitor foram realçadas como as principais

marcas do jornal O Dia durante sessão especial ontem em comemoração aos 60 anos da publicação. 6



Marcelo Crivella (E), Alexandre Freeland, Maria Alexandra Vasconcellos, José Sarney, Eva Betita, Nuno Vasconcellos e Evanise Santos em homenagem ao jornal carioca

Oitavo número da publicação, que é produzida pela equipe do **Jornal do Senado**, se baseou em debates realizados por subcomissão da Casa sobre dependentes químicos

Combate ao crack é ineficiente, mostra revista *Em discussão!*

O BRASIL PRECISA ser mais eficiente na reação à dependência química de drogas, especialmente do crack. Essa é a constatação do oitavo número da revista *Em discussão!*, que, produzida pelo **Jornal do Senado**, começa a circular hoje.

Os debates da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outras Drogas, iniciados em abril, serviram como base para a revista. A edição mostra que até 2 milhões de brasileiros devem ter experimentado o crack, que tem potencial para viciar mais rapidamente e causar mais danos à saúde que outras drogas ilícitas.

Além de o tratamento contra a dependência ser um desafio para os médicos, a rede de atendimento no Brasil é desar-

articulada e com poucos leitos para internação. Diante da falta de investimentos, comunidades terapêuticas, geralmente ligadas a religiosos, são a única opção para famílias que tentam recuperar dependentes. Essas entidades são responsáveis por cerca de 80% das vagas para internação, mas não obedecem a padrões de atendimento.

Assim como a subcomissão ligada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a revista aborda o problema mais como uma questão de saúde pública que de segurança. Essa tendência pode ser observada em outros países. Comissão da Organização das

Nações Unidas (ONU) avaliou que a atual estratégia de repressão não é suficiente, custa caro, discrimina os dependentes e abastece a violência.

– Além de trazer uma radiografia sobre a questão do crack e da dependência química no país, a revista apresenta as possíveis saídas para minorar o problema sugeridas pelos senadores – diz o

diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado, Fernando Cesar Mesquita, responsável pela publicação.

Essa e as demais edições de *Em discussão!* podem ser acessadas pelo endereço www.senado.gov.br/emdiscussao.

Levantamento revela que 2 milhões de pessoas já devem ter experimentado o crack no país



Rede de atendimento desarticulada e número limitado de leitos para dependentes são alguns dos problemas encontrados

Geovani aponta educação e saúde precárias no Amapá



Geovani Borges

Geovani Borges (PMDB-AP) denunciou a situação precária dos sistemas de educação e saúde em seu estado.

No ensino público, os problemas ocorrem em todos os níveis. No ensino médio, segundo o parlamentar, há falta de professores para Ciências Exatas, prejudicando os alunos que estão se preparando para o vestibular.

– Como se pode imaginar que uma turma de alunos esteja chegando ao fim do ano sem ter uma única aula sequer de determinadas matérias? Matérias que serão cobradas posteriormente nas avaliações seriadas! Como vai ser o vestibular dessas moças e rapazes?

Ele citou a situação dos técnicos da Universidade Federal do Amapá (Unifap), que estão em greve lutando pela reformulação de seu plano de carreira e aumento salarial dos atuais R\$ 1.034 para R\$ 1.645.

O senador ressaltou ainda notícia de que 120 médicos do sistema de saúde pública do Amapá devem pedir demissão em massa.

Valadares diz que crise não afetará ações sociais



Antonio Carlos Valadares

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou ontem que as medidas que o governo vem adotando para proteger o Brasil da nova crise econômica mundial não comprometerão os investimentos, os programas sociais nem a geração de empregos.

– O governo dá o seguinte recado: não vamos reduzir os gastos até agora anunciados e comprometidos, mas não vamos gastar mais do que estamos gastando – disse.

O parlamentar garantiu que a contenção de gastos em virtude da “turbulência internacional” não vai prejudicar iniciativas como o programa Brasil sem Miséria e o plano Brasil Maior.

Segundo ele, a confiança na economia nacional foi transmitida pela presidente Dilma Rousseff em reunião, ontem, com líderes da base governista. O senador disse que o governo quer economizar recursos públicos aumentando a meta do superávit primário. Em apertados, Valdir Raupp (PMDB-RO) e Eduardo Amorim (PSC-SE), que também participaram da reunião, disseram que as palavras de Valadares refletiram com fidedignidade o encontro.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Primeiro turno da PEC dos Precatórios

14h Ordem do dia prevê primeiro turno de votação da PEC 63/10.

Presidência Representantes do setor sucroalcooleiro

11h Recebe Cíntia Ticianeli, presidente do Sindicato dos Produtores de Açúcar e Álcool do Estado do Maranhão e Pará; além de Arlindo Farias, do Rio Grande do Norte; Pedro Robério Nogueira, de Alagoas; Gerson Carneiro Leão, do Conselho de Agronegócio da Câmara Setorial do Açúcar e Cana da CNA; e Pedro Luciano, do Fórum Sucroalcooleiro. Às 11h30, recebe o ministro José Múcio Monteiro Filho, do TCU; às 14h30, reunião da bancada do PMDB com o senador Luiz Henrique, relator do novo Código Florestal. Às 16h, preside a ordem do dia.

CCT/CMA/CRA Código Florestal

8h30 Audiência conjunta entre as comissões de Ciência e Tecnologia, Agricultura e Reforma Agrária e Meio Ambiente volta a debater o projeto de novo Código Florestal. Participam Carlos Afonso Nobre, secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério de Ciência e Tecnologia; Caio Portugal, vice-presidente de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Sindicato da Habitação de São Paulo; e Nabil Bonduki, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

CRE Relatório sobre Amazônia

9h A Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, criada no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, se reúne hoje para deliberar sobre o relatório referente às reuniões ocorridas para debater o desenvolvimento econômico e social da região amazônica.

CAS Defensoria Pública

9h Audiência pública da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, que integra a Comissão de Assuntos Sociais, debate a autonomia da Defensoria Pública Federal. Foram convidados a participar da audiência Gabriel Faria Oliveira, presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais; Meire Monteiro Mota Coelho, presidente da Comissão Nacional de Advocacia Pública da OAB; André Luis Machado de Castro, presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos; Afonso Carlos Roberto do Prado, subdefensor público-geral federal; Henrique Nelson Calandra, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros; Eunice Corrêa Barros, presidente do Sindicato Nacional dos Servidores da Defensoria Pública da União e Pedro Gontijo, secretário executivo da Comissão Brasileira de Justiça e Paz.

CAE Ministro Fernando Pimentel

9h30 O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, fala à Comissão de Assuntos Econômicos sobre a nova política industrial do governo. A pauta da reunião extraordinária a ser realizada depois pela comissão inclui projeto que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o Fundeb.

CE Acesso ao Prouni

11h Na pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, projeto de lei permitindo que estudantes de cooperativas educacionais tenham acesso aos benefícios ao Prouni.

CMA Emissão de poluentes

11h30 Entre as matérias, a Comissão de Meio Ambiente analisa projeto que torna obrigatória a divulgação, no Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo e na nota fiscal de compra dos veículos, da quantidade de emissão de gases poluentes e de gás carbônico emitidos pelos veículos automotivos.

Clima Eleição da mesa da comissão

14h Instalação da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com eleição de presidente, vice-presidente e relator.

CDR Plano diretor para área de risco

14h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo realiza reunião para deliberar sobre série de requerimentos e projetos de lei, entre os quais o que altera o Estatuto da Cidade, determinando a obrigatoriedade de elaboração de plano diretor em município com áreas de risco em seu território.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 9h30, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). As demais reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Valdir Raupp comemora realização de Jornada da Juventude no Rio de Janeiro

Valdir Raupp (PMDB-RO) registrou ontem sua satisfação pela escolha do Rio de Janeiro como sede da próxima Jornada Mundial da Juventude, evento que Igreja Católica fará em 2013. Tal escolha, observou, é sinal da confiança da instituição na capacidade de o Brasil sediar um evento dessa magnitude, influenciada positivamente pela condição de anfitriões da Copa e das Olimpíadas, avaliou.

No último dia 21 encerrou-se a 26ª Jornada, realizada em Madri, na Espanha, quando se reuniram cerca de 2 milhões de pessoas de 193 países.

– Se considerarmos que o Brasil é o maior país católico do mundo – frisou o



Valdir Raupp

senador –, é possível antecipar que a 27ª Jornada, no Rio de Janeiro, deverá superar esses números.

Raupp também comentou a realização de reunião do Conselho Político do governo da presidente Dilma Rousseff, na qual foi anunciado o corte de gastos da ordem R\$ 10 bilhões para reforçar

o superávit primário e facilitar a queda na taxa de juros.

O senador afirmou que, ao tomar par das providências da equipe econômica para proteger o Brasil, chegou à conclusão de que o país vai “resistir bravamente” às turbulências internacionais, como em 2008.

Vanessa diz que aumento no superávit permite juro menor



Vanessa Grazziotin

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou ontem que o aumento na meta do superávit primário de cerca de R\$ 117 bilhões para aproximadamente R\$ 127 bilhões abre caminho para que o Banco Central reduza as taxas de juros.

– A taxa de juros oficial do nosso país é uma das mais elevadas do mundo, senão a maior do planeta – afirmou a senadora, que considera não ser possível suportar o índice atual.

Para Alvaro Dias, elevação da meta fiscal é medida inócua



Alvaro Dias

A elevação em R\$ 10 bilhões da meta do superávit primário para este ano foi considerada inócua por Alvaro Dias (PSDB-PR), por não contribuir para a redução das taxas de juros e não resultar de corte de gastos. Segundo ele, o aumento já ocorreu em função do aumento da arrecadação tributária.

– O que nós gostaríamos é que o governo anunciasse um programa de controle dos gastos públicos – disse.

Requião defende salário mínimo regional, já implantado no Paraná



Roberto Requião

Roberto Requião (PMDB-PR) defendeu ontem a implantação do salário mínimo regional, que foi instituído no Paraná quando ele governou o estado.

O mínimo regional contempla apenas os trabalhadores não sindicalizados e sem oportunidade de dissídio coletivo.

Requião assegurou que sua adoção no Paraná foi um sucesso, seguida de algumas compensações para determinados setores da economia.

Ataídes quer extinguir contribuição ao Incra devido a duplicidade



Ataídes Oliveira

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) anunciou projeto de lei (PLS 467/11) que extingue a contribuição destinada ao Incra prevista no Decreto-Lei 1.146/70. O objetivo é ajudar na desoneração da folha salarial. Ele argumenta que a contribuição, de 0,2%, é desnecessária por já existir outra contribuição destinada ao Incra, de 2,5%, prevista na Lei 8.212/91. Ataídes ressaltou, porém, que é a favor do programa de reforma agrária.

Anibal Diniz joga xadrez com ex-campeão mundial Kasparov



Anibal Diniz

Anibal Diniz (PT-AC) relatou ontem sua participação, com o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, em uma disputa simultânea contra o ex-campeão mundial de xadrez Garry Kasparov.

De acordo com Diniz, o enxadrista russo enfrentou 13 jogadores ao mesmo tempo, num evento em Brasília que teve o objetivo de popularizar o xadrez.

– A presença de Kasparov no Brasil pode servir de grande estímulo para a garotada aprender a jogar xadrez – disse.

Amorim destaca os 123 anos da emancipação de Itabaiana



Eduardo Amorim

Eduardo Amorim (PSC-SE) assinalou os 123 anos da emancipação de Itabaiana (SE), sua cidade natal. A cidade, afirmou, é um dos maiores e mais dinâmicos centros econômicos do estado, cuja pujança reside nas atividades comerciais e nos produtos agrícolas. A cidade teve origem no arraial de Santo Antônio, em 1590. Em 28 de agosto de 1888, a vila foi elevada à categoria de cidade. Em tupi-guarani, Itabaiana significa “naquela serra tem uma aldeia onde mora gente”.

Senado tem até 8 de setembro para deliberar. A MP também transfere para a ANP a fiscalização e a comercialização da produção de etanol

Pauta de votações inclui medida que reestruturou os Correios

A MEDIDA PROVISÓRIA que abriu à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos a possibilidade de constituir subsidiárias ou adquirir o controle ou participação acionária em sociedades empresariais já estabelecidas, desde que esses atos sejam aprovados por um Conselho de Administração, está na pauta do Plenário.

Transformada em projeto de lei de conversão (PLV 21/11), a MP 532/11 também liberou a empresa para explorar serviços de logística integrada, financeiros e postais eletrônicos. Os Correios podem agora firmar parcerias comerciais que agreguem valor à sua marca e proporcionem maior eficiência, desde que obedecida a regulamentação do Ministério das Comunicações.

Pelo texto, a ECT passou a ter a seguinte estrutura: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. Além disso, as funções gerenciais e técnicas da empresa, no âmbito regional, serão exercidas exclusivamente por empregados do quadro de pessoal permanente. De acordo com o Executivo, o objetivo da MP foi modernizar a ECT, cujo funcionamento é regido por legislação de 1969.

A votação da MP na Câmara foi acompanhada de protestos dos funcionários

dos Correios, insatisfeitos com a reestruturação da empresa. Os parlamentares da oposição argumentaram que, ao dar à empresa forma semelhante à das sociedades anônimas, o objetivo do governo é privatizar a ECT. Naquela Casa, recebeu parecer favorável do relator, o deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP).

Etanol

O PLV também modificou a lei que dispõe sobre a política energética nacional (Lei 9.478/97) para incluir entre seus objetivos o fornecimento dos biocombustíveis (etanol e biodiesel), bem como os incentivos à sua produção, comercialização e pesquisa. O projeto atribui à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a fiscalização e a regulamentação do setor produtivo do etanol, antes considerado um subproduto agrícola. A MP perderá a validade em 8 de setembro.

O primeiro item trancando a pauta do Plenário é a MP 531/11, que libera R\$ 74 milhões para a execução do plano especial de recuperação da rede física escolar pública, para atender escolas atingidas por desastres naturais. Essa medida provisória deve ser votada pelo Senado até 5 de setembro, para não perder a validade.



Funcionários dos Correios se manifestam na galeria do Plenário da Câmara contra a aprovação da MP 532

Leis regulamentam profissões de taxista e de sommelier

Duas profissões ganharam regulamentação própria com a publicação, ontem, no *Diário Oficial da União*, de leis sancionadas pela presidente Dilma Rousseff. A Lei 12.467/11, que trata da atividade de *sommelier*, entra em vigor imediatamente, enquanto a Lei 12.468/11, que regula o trabalho dos taxistas, passa a valer em 45 dias.

O texto da regulamentação da profissão de taxista previa sua entrada imediata em vigor, mas a presidente Dilma decidiu vetar essa cláusula para garantir um “prazo mínimo para avaliação dos efeitos e adaptação”.

Já a Lei 12.467/11 define como *sommelier* o profissional “que executa o serviço especializado de vinhos em empresas de eventos gastronômicos, hotelaria, restaurantes, supermercados e enotecas e em comissariaria de companhias aéreas e marítimas”. Foi vetada restrição ao exercício da profissão a portadores de certificado de conclusão de cursos em instituições nacionais ou estrangeiras.

IR: veto à dedução de plano de saúde para empregado doméstico

Ao sancionar a conversão da Medida Provisória 528/11, que reajustou os valores da tabela do Imposto de Renda, a presidente Dilma Rousseff vetou a dedução da base de cálculo de despesas com plano de saúde contratado para empregado doméstico. A MP 528/11, sancionada como Lei 12.469/11, reajustou em 4,5% ao ano os valores da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) até 2014. O índice de correção de 4,5% corresponde à meta de inflação estabelecida pelo governo e resultará em renúncia fiscal de R\$ 9,3 bilhões durante o período total tratado na MP.

Isenção de IR

ANO	RENDA MENSAL ISENTA
2010	R\$ 1.499,15
2011	R\$ 1.566,61
2012	R\$ 1.637,11
2013	R\$ 1.710,78
2014	R\$ 1.787,77

Representantes das entidades de empregadores avaliaram que reduzir a jornada por lei vai engessar setor produtivo, diminuir competitividade e, assim, criar menos empregos



Gustavo Sales Filho (E), Emerson Casali, Paulo Paim, Cassius Zomignani, Laercio José de Oliveira e José Ricardo Alves

Empresários são contra redução da jornada por lei

APÓS OUVIR, NO início do mês, a opinião de representantes dos trabalhadores, agora foram os empresários que apresentaram ao Senado suas posições sobre a redução da jornada de trabalho – atualmente em 44 horas semanais. Na audiência promovida ontem pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos (CDH), os representantes dos empregadores reiteraram que são contra uma redução que seja fixada em lei, defendendo o tratamento da questão por meio de negociações e acordos coletivos. Eles também afirmaram que não há relação direta entre redução de jornada e aumento da oferta de emprego.

Para diversos sindicatos de trabalhadores, a redução de 44 para 40 horas semanais, sem redução de salários, levará as em-

presas a contratarem mais pessoas visando manter seus níveis de produção. Mas, segundo José Ricardo Alves, vice-presidente executivo da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), essa percepção está errada e revela um “raciocínio matemático simplista”.

Entre os problemas que ele apontou, está o aumento dos custos, também assinalado por Emerson Casali, da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Casali associou o aumento de custos das empresas à perda de competitividade – o que resultaria em perda de empregos.

José Ricardo Alves disse que os cálculos “simplistas” que preveem o aumento da demanda por trabalhadores desconsideram outras possibilidades, como a automação até a realocação dos

investimentos para países onde o custo da hora trabalhada seja menor. A negociação coletiva seria a forma mais adequada de empregados e empregadores discutirem tais questões, conforme as características de cada indústria ou setor.

Além disso, também se afirmou que, em muitos casos, a jornada de trabalho já é inferior às 44 horas. Citando dados do IBGE, Cristiano Zaranza, chefe da assessoria jurídica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), assinalou que a média de horas trabalhadas entre 1992 e 2008 “teve uma redução significativa, aproximando-se inclusive da proposta de 40 horas semanais”.

– Sem a intervenção do Estado, o número de horas tem caído gradativamente – declarou.

Empregadores temem que micros tenham prejuízo

Os representantes dos empregadores também ressaltaram que a redução legal da jornada pode prejudicar as micro e pequenas empresas, que muitas vezes trabalham com poucos funcionários – às vezes, com apenas um. Ao argumentar que elas teriam prejuízos e perderiam competitividade, José Ricardo Alves, da CNF, citou

a estimativa de que 60% dos empregos no Brasil são gerados por micro e pequenas empresas.

A reunião de ontem foi conduzida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH. Também participaram Laercio José de Oliveira, deputado federal e um dos vice-presidentes da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turis-

mo (CNC), e Cassius Zomignani, do Departamento Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Defensor da redução da jornada, Paim informou que a CDH deve realizar mais uma audiência sobre o assunto, dessa vez com a presença simultânea de representantes dos empregados e dos empregadores.

Luiz Henrique quer elevar idade para aposentadoria de servidor

Luiz Henrique (PMDB-SC) defendeu a elevação da idade para aposentadoria compulsória dos servidores públicos, de 70 para 75 anos. Ele pediu a aprovação, pela Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 457/05, do senador Pedro Simon (PMDB-RS), aprovada no Senado sob o número 42/03.

A proposta de Simon permite que ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União (TCU) só sejam aposentados compulsoriamente aos 75 anos. A situação dos demais servidores públicos, de acordo com o texto aprovado pelo Senado, será definida em lei complementar.

Luiz Henrique lembrou que o limite de 70 anos foi estabelecido pela Constituição de 1946, quando a expectativa de vida dos brasileiros era de 45 anos. Hoje, essa expectativa chega a 73 anos e deve atingir 75 anos no próximo



Medida poderia gerar economia de R\$ 5,6 bi, segundo o senador

quinquênio.

O senador citou estudo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) segundo o qual a União economizaria, em cinco anos, R\$ 2,4 bilhões com o aumento da idade de aposentadoria compulsória. Se fossem incluídos estados e municípios, essa economia chegaria a R\$ 5,6 bilhões.

Para Cristovam, não priorizar a educação é forma de corrupção

O desconhecimento, por parte do Ministério da Educação, do número de crianças sem aulas no país em razão de greves foi criticado por Cristovam Buarque (PDT-DF). O senador lamentou a “corrupção de prioridades” do governo ao conceder mais incentivos à indústria automobilística, à infraestrutura para eventos esportivos e a turistas que para a educação e os brasileiros.

– Uma sugestão aos professores em greve: coloquem na frente de cada estádio da Copa uma faixa bem grande: este prédio é exemplo de corrupção nas prioridades – propôs.

Cristovam afirmou que, apesar de avanços, como o piso nacional para professores e a merenda escolar, a situação da educação no país é ruim, resultado de muitos anos de falta de compromisso, “que continua”.

– A fatura virá, e chegará mais grave do que ela está sendo apresentada a nós de hoje, porque no passado não se fez o dever de casa.



Cristovam sugere que todas as escolas sejam federalizadas

O senador afirmou ter entregue à presidente Dilma Rousseff um plano para revolucionar a educação, que consiste essencialmente na federalização das escolas públicas municipais e estaduais do país. O plano ainda prevê atividades em horário integral nas escolas e salários de R\$ 9 mil para professores, que cumpriram horário integral e passariam por avaliação de desempenho anual.

CPI do Tráfico de Pessoas vai ao Rio ouvir vítima trazida da Guatemala

A CPI do Tráfico de Pessoas realizou ontem mais uma audiência pública para apurar a prática desse crime. Dessa vez, a CPI fez diligências no Rio de Janeiro. Além da audiência na assembleia legislativa e de reunião com representantes do estado, houve encontro com uma vítima de tráfico trazida para o Brasil.

A vítima ouvida está sob proteção do Estado. O homem, nascido na Guatemala, foi levado para o Rio com a promessa de trabalhar na rede hoteleira. Ao chegar, seu passaporte foi retido pelo empregador. A alimentação racionada o levou a um emagrecimento visível, e a remuneração era retida

para o pagamento de despesas com a viagem e a alimentação. Além disso, ele era submetido a exaustiva jornada, sob ameaça de violência física.

O secretário estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, Rodrigo Neves, compro-

meteu-se a implantar o Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico Humano, informando que muitas das vítimas desse tipo de crime nem sequer se reconhecem nessa condição.

Marinor Brito (PSOL-PA), relatora da CPI, propôs a realização

de pesquisa para embasar o diagnóstico do tráfico humano no Rio de Janeiro. Além dela, participaram da audiência os deputados federais Jean Wyllys (PSOL-RJ) e Liliam Sá (PR-RJ), deputados estaduais e representantes do Projeto Trama

(consórcio de ONGs contra o tráfico de pessoas), do Ministério do Trabalho e Emprego, da Superintendência Estadual dos Direitos Humanos, da Polícia Federal, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Secretaria Nacional de Justiça e da Procuradoria da República.

O tráfico de pessoas movimenta todos os anos pelo menos US\$ 32 bilhões, afetando cerca de 2,5 milhões de pessoas. A CPI foi instalada em abril e já fez diligências em Manaus, Salvador e Belém, além do Rio de Janeiro. Também devem ser visitadas as cidades de Macapá, Campo Grande, Goiânia, São Paulo, Recife, Fortaleza e Natal.



Marinor Brito (C), entre deputados federais e estaduais, propôs uma pesquisa sobre o tráfico humano no Rio de Janeiro

Comissões fazem debate hoje sobre Código Florestal

As comissões de Meio Ambiente (CMA), de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) promovem hoje audiência pública, a partir das 8h30, sobre os efeitos do novo Código Florestal nas cidades.

O encontro foi solicitado por Eduardo Braga (PMDB-AM), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Acir Gurgacz (PDT-RO). De acordo com Rollemberg, presidente da CMA, o debate vai tratar das áreas de preservação permanente (APPs) em zonas urbanas, para evitar ocupação em localidades que têm risco de desastres. Entre os convidados, representantes do governo.

Ocupação de APPs aumenta risco, diz estudo

Estudo promovido pelo Ministério do Meio Ambiente mostra que o número de vítimas nas enchentes e deslizamentos no início do ano no Rio de Janeiro está relacionado à ocupação irregular de áreas protegidas, como as áreas de preservação permanente (APPs), previstas no Código Florestal.

Segundo o Departamento de Defesa Civil do Rio de Janeiro, a tragédia resultou em 910 mortos e 662 desaparecidos. As áreas mais atingidas foram APPs indevidamente ocupadas por atividades agrícolas, obras de infraestrutura ou edificações.



Fernando Collor de Mello (C) dirige debate entre Carlos Mielitz Netto, José Maria da Silveira, Alexandre Schwartzman e Eduardo Teixeira: discussão aponta distorções provocadas pela especulação financeira

Economistas destacam boas condições diante da crise

Brasil tem vantagem na atual volatilidade do mercado, com situação mais favorável que em 2008, segundo especialistas ouvidos pela Comissão de Relações Exteriores

EM DEBATE REALIZADO ontem na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) sobre as consequências da crise econômica de 2008 nos preços de *commodities* e alimentos, especialistas destacaram a “reação robusta” do Brasil diante da volatilidade do mercado e afirmaram que, com a devida cautela, as condições atuais são mais favoráveis.

A audiência, parte do ciclo de debates Rumos da Política Externa Brasileira, foi presidida por Fernando Collor (PTB-AL). Os debatedores também responderam a perguntas e comentários de Roberto Requião (PMDB-PR), Ana Amélia (PP-RS) e Cristovam Buarque (PDT-DF).

O economista Alexandre Schwartzman, ex-diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central e ex-economista-chefe do Banco Santander, observou que, na crise de 2008, o bloco

dos emergentes recuperou mais rapidamente seu nível de produção do que os Estados Unidos e os países da zona do euro. Nos próximos meses, segundo Schwartzman, as economias desenvolvidas deverão continuar com taxas de juros próximas de zero e uma política monetária “extremamente frouxa”, provocando um fluxo de capitais que terá impacto no mercado de *commodities*.

Dilema chinês

Para Schwartzman, a China terá que fazer ajustes, mas ainda está dividida entre desacelerar a economia por meio da elevação de juros ou valorizar gradualmente sua moeda. De qualquer forma, segundo o economista, a alta nas *commodities* deve ser relativamente duradoura, mas o crescimento da Ásia pode continuar ajudando o setor exportador do Brasil.

O professor Carlos Mielitz Netto, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), salientou que os capitais se movimentam rumo a atrativos, o que inclui as oportunidades na produção agrícola, e a situação aumenta a pressão de preços sobre as *commodities*. Mielitz assinalou distorções causadas pela especulação financeira: 90% dos contratos são meras especulações, e a maior parte das negociações de produtos básicos são praticadas por monopólios ou mercados com apenas um comprador.

O professor destacou que a produção de alimentos depende de terra e água, e, numa situação de escassez crescente, o Brasil estará mais bem posicionado que a África. Carlos defendeu mais intervenção no mercado e mostrou esperança de criação de um imposto mundial sobre operações financeiras.

Vantagens na segurança alimentar

A vantagem comparativa do Brasil para enfrentar a crise internacional também foi destacada por José Maria da Silveira, professor da Unicamp. Ele mostrou o vínculo entre o aumento dos preços de energia e a pressão sobre os preços de produtos agrícolas. Numa perspectiva futura de segurança alimentar, avaliou que a fragilidade da Ásia é maior que a do Brasil, sendo que Paquistão e Índia têm gerado “bombas populacionais” que provocarão pressão crescente sobre o aquecimento global.

Para Eduardo Teixeira, economista, ex-secretário executivo do Ministério da Fazenda e consultor de empresas, o mercado interno permitiu que o Brasil fosse menos afetado pela crise de 2008. Agora, disse, a taxa de câmbio precisa ser mudada, o que pode afetar empréstimos externos privados, mas o país está mais preparado para enfrentar essa adversidade.



Rollemberg defende a adaptação da lei para compras pela internet

Senador quer atualizar Código do Consumidor

Os 21 anos do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) foram destacados ontem por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). O senador disse que a legislação precisa ser adaptada às novas formas de relação de consumo, como o comércio eletrônico (que movimentou R\$ 15 bilhões no Brasil em 2010), o superendividamento de consumidores e o uso maciço de cartão de crédito.

Rollemberg ressaltou o trabalho da comissão especial de juristas, instituída pelo Senado em 2010, que estuda adequações no Código. No último final de semana, a comissão realizou audiência em Cuiabá. As próximas serão em Brasília e Recife. A comissão já esteve no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte.



Senadora considera a feira uma vitrine para a produção agropecuária

Ana Amélia registra realização da 34ª Expointer

A realização da 34ª Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários, a Expointer, em Esteio (RS), foi destacada por Ana Amélia (PP-RS).

– Ali estão também representantes dos países vizinhos e até europeus, o que dá à Expointer caráter de vitrine do que temos no Rio Grande do Sul, no Brasil e no Mercosul, de avanço na genética, na biotecnologia, na produção agropecuária e na tecnologia – afirmou a senadora.

A feira, disse, evidencia avanços tecnológicos que permitirão aumento da produtividade sem devastação do meio ambiente. Para Ana Amélia, o novo Código Florestal brasileiro deverá equacionar produção e preservação.

Paim ressalta importância da feira gaúcha

Paulo Paim (PT-RS) assinalou também a realização da 34ª Expointer, “a maior feira agropecuária da América Latina e uma das maiores do mundo”. A feira conta com mais de três mil expositores e gera negócios de R\$ 850 milhões, disse o senador.

A Expointer deste ano recebe mais de 4 mil animais, de 150 raças. De acordo com Paim, lá está “o melhor da genética pecuária gaúcha”. O evento recebeu cerca de 100 mil pessoas no último final de semana.

No discurso, o senador também enalteceu a decisão do Supremo Tribunal Federal de determinar o reajuste das aposentadorias e pensões prejudicadas por revisões de valores, o que já está sendo colocado em prática pelo Ministério da Previdência. O senador também defendeu o aumento real dos proventos em 1º de janeiro de 2012, assim como o fim do fator previdenciário no cálculo das novas aposentadorias.



Senador diz que setor químico é importante para fortalecer economia

João Alberto: é hora de investir no setor químico

João Alberto Souza (PMDB-MA) disse que é preciso investir no setor químico em grande escala, como forma de fortalecer a economia nacional e concretizar as metas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que prevê R\$ 503 bilhões em recursos para obras em logística, energia, habitação e saneamento básico.

O senador também defendeu investimentos para a capacitação da mão de obra do setor químico.

– Agora é hora de investir em recursos humanos, nos profissionais da química, em pesquisa e tecnologia, para enfrentar os desafios do desenvolvimento exigidos pela globalização – afirmou o parlamentar.



Segundo senador, problema é causado pela demora na construção de ponte

Acre tem risco de desabastecimento, alerta Jorge Viana

Jorge Viana (PT-AC) fez um alerta ontem sobre a possibilidade de desabastecimento de combustíveis e alimentos em Rio Branco e outras regiões do Acre. A razão é a demora na conclusão de obras na BR-364, na travessia do rio Madeira, entre Rio Branco e Porto Velho.

De acordo com ele, o trecho da rodovia está quase concluído, faltando a ponte sobre o rio Madeira, cujas obras foram suspensas em função do cancelamento do processo licitatório.

Carros e caminhões fazem a travessia por meio de balsas. O resultado é um gargalo no sistema de transportes que pode colocar Rio Branco e regiões do Peru e da Bolívia em risco de desabastecimento.



Senador diz que revista exorbitou ao obter informação de forma clandestina

Humberto quer debater limites à imprensa

Matéria publicada pela revista *Veja* no último fim de semana, com informações que teriam sido obtidas clandestinamente, evidenciou, para Humberto Costa (PT-PE), "a necessidade de se discutir os limites de iniciativas de órgãos de imprensa danosas à imagem de pessoas públicas", a partir de "acusações vazias, falaciosas, lançadas a partir de dados que nada expressam. Não se trata de cercear a liberdade de expressão, na opinião do senador, mas de "pôr fim a eventos em prejuízo aos limites da ética jornalística".

A revista acusa o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu de manter um gabinete paralelo em Brasília, visando influenciar e até conspirar contra o gestão da presidente Dilma Rousseff. O material mostra encontros de José Dirceu com parlamentares e figuras importantes do governo.

– Sob o falso pretexto de jornalismo investigativo, a revista provavelmente cometeu ato ilegal com a tentativa de invasão de domicílio, conforme será esclarecido em inquérito em curso na Polícia Civil do Distrito Federal – assinalou.

A direção do Naoum Plaza Hotel, onde José Dirceu se hospeda e recebe políticos, registrou em boletim de ocorrência a tentativa de invasão do quarto em que se hospeda o ex-ministro. De acordo com a acusação, o repórter teria, por duas vezes, tentado entrar no quarto, primeiro enganando uma camareira e depois se passando por outra pessoa, disse o parlamentar.

O fato de a revista ter publicado imagens do circuito interno em preto e branco sugere que outros crimes possam ter sido cometidos, como o suborno de funcionários ou a instalação ilegal de grampos no sistema interno de TV que garante a segurança do local, afirmou o senador.

Sessão no Plenário homenageia os 60 anos do jornal carioca que, segundo Crivella, centrou-se nas notícias do dia a dia sem perder sua vinculação com os meios populares

O Dia se mantém próximo ao leitor, destaca Sarney

MESMO PASSANDO POR diversas mudanças editoriais e trocas de controle desde sua fundação, em 1951, o jornal fluminense *O Dia* sempre manteve como marca a aproximação com o leitor, o que lhe garantiu o grande apelo popular que tem até hoje. O registro foi feito por José Sarney na sessão de homenagem realizada ontem, em Plenário, para assinalar o 60º aniversário de fundação do diário.

– O Senado não poderia abster-se de prestar esta homenagem a esse diário inovador e essencialmente carioca – destacou Sarney.

Marcelo Crivella (PRB-RJ), autor do requerimento para a sessão especial, lembrou que *O Dia* surgiu na época de ouro do jornalismo impresso no Brasil, quando o país "ensaiava a consolidação do regime democrático após a ditadura do Estado Novo". O senador assinalou que, nesse ambiente de experimentação, o jornal se tornou parte da história do país.

Recentemente, registrou Crivella, *O Dia* reformulou sua linha editorial, definindo-se

como um jornal centrado nas notícias do "dia a dia", sem se afastar do nível de excelência nem perder sua vinculação com os meios populares. Ao fim, ele desejou que o jornal, que tanto se identifica com o "viver no Rio de Janeiro", continue sua missão com o mesmo sucesso.

Ana Amélia (PP-RS), que na homenagem representava o líder de seu partido, Francisco Dornelles (RJ), salientou que as mudanças em nada afetaram as características essenciais de *O Dia*. A parlamentar destacou a "independência, o respeito ao gosto popular, a honestidade de propósito e o compromisso com o desenvolvimento do país, a começar pelo Rio de Janeiro".

Geovani Borges (PMDB-AP) disse que *O Dia* pode ser visto como uma das "várias e belas manifestações culturais" que formam o rico patrimônio do Rio de Janeiro.

A presidente do Conselho de Administração da Empresa Jornalística Econômico S.A. (Ejesa), grupo que edita *O Dia*,

Maria Alexandra Mascarenhas Vasconcellos, destacou o bom momento que vive o Rio de Janeiro, depois de "décadas de brigas políticas e perda de representatividade". Ela observou que poucos lugares no mundo possuem uma agenda tão positiva quanto o estado do Rio de Janeiro, que será sede da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

– Todas essas transformações têm impressionante simetria com as mudanças que vêm sendo implementadas em *O Dia*. O jornal está cada vez mais ágil, dinâmico, presente em todas as plataformas de mídia e, sobretudo, na vida de milhões de habitantes e leitores do Rio – afirmou Maria Alexandra.

O evento contou ainda com a participação de Nuno Vasconcellos, presidente do grupo português Ongoing, que nos últimos anos vem investindo fortemente no mercado brasileiro da informação. Também participaram a diretora de Relações Institucionais da Ejesa, Evanise Santos, e Alexandre Freeland, que acumula o cargo de diretor executivo da empresa e também o de diretor de redação de *O Dia*.

Senadores ressaltam a importância da publicação no jornalismo fluminense



Diante de representantes do jornal à mesa, Crivella ressalta que *O Dia* não se afasta da excelência e deseja mais sucesso

Diário tem novo comando há pouco mais de ano

Fundado em 1951 pelo ex-governador paulista Adhemar de Barros, *O Dia* logo foi comprado por Chagas Freitas, então deputado federal e depois governador da antiga Guana-

bara e do Rio de Janeiro. Em 1983, Chagas Freitas vendeu a publicação ao empresário gaúcho Ary Carvalho, que faleceu no comando do diário.

O grupo Ejesa, que já havia

lançado no país o *Brasil Econômico*, comprou *O Dia* há pouco mais de um ano e comanda o tabloide *Meia Hora*, o esportivo *Marca Brasil*, um portal de notícias, uma rádio e uma TV.



Senador aponta que denúncias revelaram prejuízos de R\$ 30 milhões

Mozarildo volta a acusar governo de Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) voltou a afirmar que o governador de Roraima, José de Anchieta Júnior, tem cometido vários atos de corrupção em sua gestão, principalmente nas áreas de saúde, educação e segurança pública.

– Meu estado está um caos. Há corrupção e descaso – afirmou.

O senador defendeu suas recorrentes denúncias dizendo que é obrigação constitucional de todo senador fiscalizar as atividades e ações dos governos federal e estaduais.

As irregularidades já denunciadas na área de saúde de Roraima deram prejuízo de R\$ 30 milhões aos cofres públicos. A Operação Mácula, da Polícia Federal, conseguiu prender apenas "peixes miúdos".

– Compra irregular de medicamentos, medicamentos jogados fora que estavam fora ou dentro do prazo de validade, maracutaia que estava armada, há muito tempo. Compravam medicamentos em determinados laboratórios ou com representantes de laboratórios com prazo próximo de vencer – resumiu.

Homenagem à Rede Amazônica de Rádio e TV

O Senado vai homenagear, nesta quinta-feira, a Rede Amazônica de Rádio e Televisão, pelo seu 39º aniversário. O requerimento é de Raulfe Rodrigues (PSOL-AP).

De acordo com o senador, a rede foi criada em Manaus nos anos 1970 – por Philippe Daou, Milton de Magalhães Cordeiro e Joaquim Margarido – e se tornou a primeira geradora de televisão em cores do Brasil.

Hoje a rede opera em toda Amazônia e tem sucursal em Brasília. Com o Amazon Sat, permite que mais de 16,5 milhões de brasileiros tenham acesso às notícias da Amazônia.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
 1º vice-presidente: Marta Suplicy
 2º vice-presidente: Wilson Santiago
 1º secretário: Cicero Lucena
 2º secretário: João Ribeiro*
 3º secretário: João Vicente Claudino
 4º secretário: Ciro Nogueira
 Suplentes de secretário:
 Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
 Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Vanessa Grazziotin • Geovani Borges • Mozarildo Cavalcanti • Anibal Diniz • Ataídes Oliveira • Paulo Paim

* Licenciados

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
 Chefia de Reportagem:
 Teresa Cardoso e Milena Galdino
 Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
 Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
 Editor-chefe: Flávio Faria
 Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos
 Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
 Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
 Reportagem: Cintia Sasse
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
 Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
 Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Randolfe diz que partilha do FPE deve ser alterada

A atual partilha do Fundo de Participação dos Estados (FPE) é injusta, inconstitucional e precisa ser alterada por um projeto que defina novos critérios. Foi o que defendeu ontem o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

A Lei Complementar 62/89, que regula a distribuição, foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A corte deu prazo até 31 de dezembro de 2012 para o Congresso redefinir os percentuais. Proposição nesse sentido (PLS 289/11) foi apresentada por Randolfe e tramita na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Segundo ele, os estados menos desenvolvidos, especialmente do Norte e Nordeste, vêm sendo prejudicados há anos, já que as alíquotas ficaram "congeladas no tempo".



Senador lembra que o STF mandou o Congresso definir novos percentuais

Acir Gurgacz quer atenção para produtor de leite

Acir Gurgacz (PDT-RO) alertou para o preço pago ao produtor de leite de Rondônia, segundo ele, abaixo do custo. O tema foi discutido nas reuniões que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), por ele presidida, realizou na sexta-feira, em Alvorada do Oeste, Nova Brasilândia do Oeste, São Miguel do Guaporé e Seringueiras.

O senador afirmou que 1,3 mil agricultores participaram das reuniões e salientaram a necessidade de se construir política de longo prazo, com organização dos produtores, linhas de crédito e criação do Conselho Estadual do Leite (Conseleite).

Rondônia produz 2 milhões de litros por dia, 95% procedentes da agricultura familiar. O preço médio pago no estado é de R\$ 0,55 por litro, contra R\$ 0,75 no Paraná, R\$ 0,90 em São Paulo e R\$ 0,80 em Minas Gerais.



Segundo Gurgacz, preço pago em Rondônia está abaixo do custo



Com o governador Cid Gomes (5º à esq.), os senadores Inácio Arruda (3º à esq.), José Pimentel (4º à esq.), Wellington Dias (5º à dir.) e Vital do Rêgo (4º à dir.) em Fortaleza

Dinheiro do petróleo reduzirá atraso social do Nordeste, diz governador do CE

Em seminário realizado pelo Senado em Fortaleza, Cid Gomes pediu ação do governo federal para diminuir a distância econômica que separa a sua região do Sul e do Sudeste e defendeu regra especial na divisão dos royalties do pré-sal

O GOVERNADOR DO Ceará, Cid Gomes, afirmou que o governo federal precisa tomar medidas para reduzir o abismo social e econômico que separa o Nordeste das demais regiões do Brasil.

Ele argumentou citando dois números: o Nordeste concentra 30% da população brasileira, porém responde por apenas 15% do produto interno bruto (PIB) do país.

– São números que por si só demonstram o tamanho do desafio de promover justiça social e equilibrar a renda do nordestino à média brasileira – ressaltou o governador.

Como uma espécie de porta-voz dos governadores da região, Cid Gomes falou ontem no seminário Políticas Sociais para o Nordeste, Recursos Hídricos e Programa Água para Todos, na Assembleia Legislativa do Ceará.

O evento foi organizado pelo Senado – mais especificamente,

pela Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR).

Uma das soluções defendidas pelo governador do Ceará foi a transferência de uma parcela maior do dinheiro proveniente da exploração do petróleo na camada pré-sal para os estados das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

– Há um clamor para que os royalties sejam repartidos de forma mais equilibrada para reduzir as desigualdades regionais, visto que a riqueza é nacional – declarou.

O senador Wellington Dias (PT-PI), presidente da Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste, também defendeu regras novas para a distribuição dos royalties do petróleo. E disse que o dinheiro deve ser investido em infraes-

trutura, saúde e educação.

– Há uma ideia de que o Sul e o Sudeste mantêm as [outras] regiões mais pobres. O fato é que o modelo brasileiro criou regras que levam a um desequilíbrio estrutural, com consequências fora do controle dos municípios e dos estados. Precisamos colocar esses temas no centro da pauta do Congresso e do país – defendeu.

O senador, citando um levantamento do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), disse que a região precisa crescer 3% anuais acima do Brasil para, em 16 anos, chegar ao mesmo nível das demais regiões.

O governador do Ceará lembrou que já há ações do governo federal que buscam reduzir as diferenças regionais, como o

Bolsa Família, as refinarias de petróleo, a ferrovia Transnordestina e a transposição do rio São Francisco. São ações que, segundo ele, atraem novas empresas para o Nordeste e estimulam a economia.

Participaram do seminário de ontem os senadores José Pimentel (PT-CE), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Vital do Rêgo (PMDB-PB); os deputados federais José Nobre Guimarães (PT-CE) e Ariosto Holanda (PSB-CE); o presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Jurandir Santiago; o coordenador de projetos de apoio ao desenvolvimento da Secretaria de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, José Luiz de Souza; e o secretário de Recursos Hídricos do Ceará, César Pinheiro; além de deputados estaduais do Ceará.

(Com informações da Agência de Notícias da Assembleia Legislativa do Ceará)

Nordeste precisa crescer 3% acima da taxa nacional por 16 anos, afirmou senador Wellington Dias

Técnicos mostram alcance de programas como o Proágua

O Programa Água para Todos (Proágua) é uma das ações do plano do governo federal para erradicação da miséria. Dados do IBGE indicam que 16,2 milhões de brasileiros vivem nessa condição, 47% deles na área rural. Esse é o alvo do Proágua, segundo Adriana Melo Alves, coordenadora de Programas e Projetos Especiais da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional.

– Tudo começando pela universalização da água, principalmente para quem mora longe dos centros urbanos.

Ela informou que cisternas e sistemas simplificados de abastecimento serão construídos em todo o país. Conforme Adriana, 750 mil famílias não têm acesso à água no semiárido. No Ceará, são 185.983, estado que perde apenas para a Bahia, com mais de 234 mil. Por isso, R\$ 4,5 bilhões de-

vem ser investidos nos próximos quatro anos. Até o fim de 2011, a previsão é de 60 mil cisternas construídas.

Já o coordenador-geral de projetos de apoio ao desenvolvimento da Secretaria de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, José Luiz de Souza, destacou a transposição do rio São Francisco, projeto que deverá assegurar água a 12 milhões de habitantes do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, a partir de 2025. No mês passado, observou, a execução das obras estava em 57%.

Já o presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Jurandir Vieira Santiago, disse que R\$ 21,4 bilhões foram aplicados na região em 2010. A previsão é de R\$ 25 bilhões para 2011. O banco responde por 67% dos créditos de longo prazo para a região.

Vital do Rêgo cobra mais atenção à agricultura irrigada

Vital do Rêgo (PMDB-PB) afirmou no seminário que agricultura irrigada é o setor que mais precisa de investimentos. Ele lamentou a situação de "semiabandonado" dos 30 perímetros irrigados existentes no país, dos quais 14 estão no Ceará. "Eles poderiam produzir 30 vezes mais", opinou.

Por isso, sugeriu a incorporação de um plano financeiro e a inclusão dos perímetros irrigados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

– Sem irrigação, 70% dos lotes brasileiros têm baixa na produção – disse o senador, destacando que em mais de 60 milhões de hectares, apenas 4,5 milhões são irrigados.

O secretário de Recursos Hídricos do Ceará, César Augusto Pinheiro, apresentou o projeto Cinturão das Águas do Ceará (CAC), sistema gravitatório de canais para condução das águas do rio São Francisco para

quase todo o território cearense. Ele acrescentou que a iniciativa beneficiará sobretudo a região do Cariri e que os recursos já estão assegurados.

José Pimentel (PT-CE), integrante da Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste, elogiou a atuação do secretário executivo do Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos da Assembleia Legislativa do Ceará, Eudoro Santana, que elaborou medidas que contribuem para a revitalização do Nordeste.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) defendeu que o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs) deve gerir a integração das bacias do rio São Francisco.

Participaram também a presidente da Associação dos Prefeitos e Municípios do Ceará (Aprece), Eliene Brasileiro, e o superintendente do Sebrae-CE, Carlos Cruz.

Pela legislação atual, é preciso recorrer a crimes correlatos para condenar culpados por tráfico de pessoas. Há 520 rotas desse crime no país

Leis devem mudar para combater tráfico de pessoas

ATUALMENTE CERCA DE 2,5 milhões de pessoas são exploradas pelo tráfico em todo o mundo. No Brasil, embora o número de vítimas não seja conhecido, a Polícia Federal (PF) já identificou 520 rotas de tráfico de pessoas.

— O que facilita a atividade do traficante é a situação de vulnerabilidade social em que se encontra boa parte da população brasileira — afirma Marinor Brito (PSOL-PA), relatora da CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas. “Há casos em que a pessoa vive em condições tão ruins que aceita ser explorada por um prato de comida.”

A senadora observa que um dos papéis da comissão é apontar caminhos que ajudem o governo a enfrentar o tráfico de pessoas. Entre as recomendações que devem ser feitas, está a alteração da legislação com incidência sobre esse tipo de crime.

Isso porque, como explica a parlamentar, não existe tipificação do crime de tráfico de pessoas no Código Penal, o que dificulta a condenação dos culpados. Segundo ela, para que os criminosos sejam penalizados, a Justiça precisa recorrer a crimes relacionados, como exploração da prostituição e trabalho escravo.

— Por que traficar armas e drogas é crime e pessoas não? — questiona Marinor.

Desde que foi instalada, em abril, a CPI já ouviu instituições e organizações não governamentais que combatem o tráfico de pessoas, como o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (Unodc) e a PF. Os participantes de audiências têm elogiado os esforços do Estado para enfrentar o problema, mas são unânimes em

Realidade trágica

Retrato da vulnerabilidade dos seres humanos frente ao aliciamento praticado por traficantes

- ▶ Cerca de **2,5 milhões** de pessoas estão na condição de **vítimas** do tráfico no mundo
- ▶ Cerca de **80%** das vítimas são **mulheres ou meninas**
- ▶ **Metade** das pessoas traficadas é representada por **menores de 18 anos**
- ▶ O **lucro** anual das organizações internacionais com cada pessoa traficada é estimado em **US\$ 30 mil**
- ▶ Em 20 anos a PF abriu **887 inquéritos** sobre tráfico de pessoas, 74 só em 2010
- ▶ No Brasil, os principais estados de origem das vítimas do tráfico internacional são **Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo**. Os destinos mais frequentes, por sua vez, são **Espanha, Portugal, Itália, Suíça, Venezuela, Suriname e Guiana Francesa**.



Foto: Divulgação (ONU)

Fonte: Unidade de Governança e Justiça do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (Unodc) e Polícia Federal

indicar a necessidade de mais investimentos em prevenção, ampliação da estrutura de investigação, proteção às vítimas e punição dos culpados.

— O quadro é preocupante. Além de leis inapropriadas, os recursos materiais e humanos são insuficientes e falta entendimento de que a pessoa deve ser priorizada — avalia.

Segundo Marinor, a Polícia Federal dispõe apenas de dois agentes por estado para combater o tráfico de pessoas.

— Nenhuma estrutura da PF está destinada a tratar do problema, que envolve uma gama enorme de violações aos direitos humanos.

Perfil do tráfico

O tráfico de pessoas é a terceira atividade criminosa internacional mais lucrativa, perdendo apenas para os tráfico de armas e de drogas. Por

ano, movimenta cerca de US\$ 32 bilhões. As pessoas traficadas são, em geral, submetidas a trabalho escravo, exploração sexual e remoção de órgãos para fins comerciais.

A maioria das vítimas, 80%, é do sexo feminino. Metade das pessoas traficadas tem menos de 18 anos. Estimativas do escritório da ONU mostram que a exploração sexual é o principal objetivo do tráfico (79%), seguido do trabalho escravo (18%).

O Brasil, por sua grande extensão de fronteira e enormes problemas sociais, é ambiente propício para a atuação de traficantes de pessoas. Segundo dados da PF, as vítimas do tráfico são, principalmente, de Minas Gerais, Goiás, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Em geral, elas terminam sendo exploradas em países como Espanha, Portugal e Itália.

Saiba mais

Organizações que prestam assistência na Europa (não ligadas ao governo brasileiro)

<http://migre.me/5Aduz>

Consulados e embaixadas do Brasil na Europa

<http://migre.me/5Advd>

Informações sobre o Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior

<http://migre.me/5AdvD>

Contato dos núcleos e postos de atendimento ao migrante e vítimas do tráfico de pessoas no Brasil

<http://migre.me/5AdwG>

Fonte: Ministério da Justiça/ International Centre for Migration Policy Development (ICMPD)



CONFIRA A ÍNTEGRA DO ESPECIAL CIDADANIA EM WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL

Denuncie

▶ **CPI do Tráfico de Pessoas**

▪ <http://migre.me/5Afoe>

▶ **Polícia Federal**

▪ Disque 100 ▪ denuncia.ddh@dpf.gov.br ▪ <http://denuncia.pf.gov.br/>

Relatos são dramáticos nas cidades visitadas pela comissão

A CPI, que é presidida por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), está ouvindo vítimas do tráfico para traçar um quadro abrangente do problema. Já foram realizadas audiências em Salvador, Belém e Rio de Janeiro (veja página 4). Outras cidades estão no roteiro, como Campo Grande e Goiânia.

É nessas ocasiões que surgem histórias dramáticas, como a da mulher que foi traficada grávida

para Portugal e que retornou ao Brasil, mas ainda não conseguiu reaver a criança.

Em Belém, a CPI ouviu mãe que pediu justiça para a filha, enganada por uma mulher que, com falsa promessa de emprego, a obrigou a se prostituir na Espanha em 2004. A jovem só conseguiu voltar ao Brasil em 2009, apresentando graves problemas psicológicos decorrentes da experiência traumática.

Ajude na elaboração do 2º Plano de Enfrentamento

Até 15 de setembro, o Ministério da Justiça recebe propostas relativas ao 2º Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que deve estar pronto até o final deste ano. As propostas podem ser enviadas para consultatrafico@mj.gov.br e devem focalizar problemas

para reprimir e responsabilizar quem trafica pessoas no Brasil ou colabora com esse tipo de crime; experiências exitosas aplicadas em outro país; e prevenção ao tráfico de pessoas.

Mais informações em <http://portal.mj.gov.br/traficodepessoas>.

Previna-se



Pesquise sobre a pessoa ou a empresa com as quais fez contato para viajar e sobre as que receberão você fora do Brasil. Use a internet para checar a veracidade das informações dadas. Desconfie de informações vagas ou pouco plausíveis.



Informe-se sobre o **status** de migrante (com documentos e sem documentos) no seu país de destino.



Se você contraiu uma **dívida** para financiar a viagem, tente entender todas as implicações do endividamento. Quanto mais informação tiver, melhor. E de preferência escritas em um documento.



Preste atenção às **condições de trabalho** oferecidas e ao **tempo de permanência** legal no país de destino. Lá, você também terá direitos assegurados, independentemente de sua nacionalidade. Caso você tenha dúvidas, procure as autoridades locais encarregadas das fiscalizações dos ambientes de trabalho, sindicatos ou ONGs que trabalham com o tema.



Faça pesquisa prévia sobre **lugares, preços, costumes e língua**. Desconfie dos elogios exagerados e da tentativa de descrever a realidade em outro país como de fácil adaptação, tranquila e de sucesso garantido.



Mantenha **cópias** (em papel e digitais) de todos os seus documentos pessoais com você e deixe cópias com pessoas de sua confiança.



Antes de viajar, anote o **número de contato** da embaixada ou consulado do Brasil no seu país de destino.



No continente europeu, vários países exigem que visitantes ou residentes providenciem imediatamente após a sua chegada o **registro** no órgão competente.



Tenha informações claras sobre o tipo de **visto** que você receberá e quais as possibilidades e limitações dele.



Faça **contato** constante com sua família e amigos no Brasil e dê detalhes de onde você pode ser facilmente localizado.



Aprenda um pouco da **língua** antes de viajar. Tenha com você uma pequena lista das palavras mais usadas.



Converse com pessoas que tiveram experiências similares e faça muitas perguntas.



Lembre-se: quando estiver fora do Brasil, o **consulado** e a **embaixada** do Brasil são os órgãos do governo brasileiro que estão à sua disposição para auxiliá-lo em qualquer dúvida ou situação de necessidade.

Fonte: Ministério da Justiça/International Centre for Migration Policy Development (ICMPD)

Plano levou à criação de núcleos e postos de enfrentamento

A Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Decreto 5.948/06) foi lançada pelo governo federal em 2006, sob a coordenação da Secretaria Nacional de Justiça, da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). O documento traz princípios, diretrizes e ações destinadas a orientar a atuação do poder público.

Em 2008, foi lançado o 1º Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, com o objetivo de viabilizar a aplicação dessa política. O plano prevê medidas de prevenção e repressão ao tráfico, responsabilização dos autores e atenção às vítimas, que devem ser executadas de forma coordenada

por órgãos governamentais, sociedade civil e organismos internacionais que atuam contra o tráfico de pessoas.

Entre as metas previstas no plano que estão sendo cumpridas, está a implantação dos núcleos de enfrentamento ao tráfico de pessoas e de postos avançados. Atualmente, existem núcleos nos estados do Acre, Goiás, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Ceará.

Os postos avançados estão situados nos principais locais de entrada e saída do Brasil, para a recepção a pessoas não admitidas, com o objetivo de identificar possíveis vítimas de tráfico de pessoas. Já foram instalados postos nos municípios de Guarulhos (SP), Belém, Salvador e Rio de Janeiro.